

COMO A BURGUESIA GANHOU A DISPUTA HEGEMÔNICA NO BRASIL RECENTE

HOW THE BOURGEOISIE ACHIEVED THE HEGEMONIC DISPUTE IN RECENT BRAZIL

CÓMO GANÓ LA BURGUESIA LA DISPUTA HEGEMÓNICA EN EL BRASIL RECIENTE

Javier Balsa¹

Diogo Valença de Azevedo Costa²

Resumo

Este artigo analisa as estratégias da burguesia no Brasil e o que ela soube fazer corretamente para derrotar a esquerda, no período de 2002 a 2016. Durante os governos do PT, a direita se rearticulou para lutar pela dominação hegemônica. Já antes, com o retorno da democracia nos anos 80, houve um processo de preparação da burguesia para consolidar sua dominação, não mais de forma ditatorial, mas hegemônica. Porém, a nova conjuntura dos governos populares obrigou a burguesia a desenvolver uma rearticulação, avançando as três tarefas fundamentais das disputas hegemônicas: a unificação da própria classe, a obtenção do apoio de outras classes e dos intelectuais tradicionais, e a divisão do campo popular, impedindo a unificação dos partidos e movimentos sociais de esquerda.

Palavras-chave: Hegemonia. Brasil. Burguesia. Direita. PT

Abstract

This article analyzes how were the strategies of the bourgeoisie in Brazil and what it does correctly to defeat the left, in the period from 2002 to 2016. During the PT governments the right rearticulated itself to fight for hegemonic domination. Already before, with the return of democracy in the eighties, there was a process of preparation of the bourgeoisie to consolidate its domination, no longer in a dictatorial way, but in a hegemonic one. But, the new conjuncture of popular governments forced the bourgeoisie to develop a rearticulation unfolding the three fundamental tasks of the hegemonic disputes: the unification of the class itself, the achievement of the support of other classes and of the traditional intellectuals, and the division of the popular sector, preventing the unification of the parties and social movements of the left.

Keywords: Hegemony. Brazil. Bourgeoisie. Right. PT

Resumen

En este artículo se analizan cómo fueron las estrategias de la burguesía en Brasil y qué supo hacer correctamente para derrotar a la izquierda, en el período de 2002 a 2016. Durante los gobiernos del PT la derecha se rearticuló para dar la disputa por la dominación hegemónica. Ya antes, con el regreso de la democracia en los años ochenta, hubo un proceso de preparación de la burguesía para consolidar su dominación, ya no de manera dictatorial, sino de manera hegemónica. Pero, la nueva coyuntura de gobiernos populares obligó a la burguesía a desarrollar una rearticulación desplegando las tres tareas fundamentales de las disputas hegemónicas: la

¹ Doutor em História (Universidad Nacional de La Plata). Professor titular da área de Sociologia e Diretor do “Instituto sobre Economía y Sociedad en la Argentina Contemporánea” da Universidad Nacional de Quilmes, e Investigador independiente del CONICET, Argentina. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7695-292X> E-mail: jjbalsa@unq.edu.ar

² Doutor em Sociologia (Universidade Federal de Pernambuco). Professor Associado do Centro de Artes, Humanidades e Letras e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5266-9855> E-mail: valencadiogo@ufrb.edu.br

unificación de la propia clase, la obtención del apoyo de otras clases y de los intelectuales tradicionales, y la división del campo popular, impidiendo la unificación de los partidos y movimientos sociales de izquierda.

Palabras claves: Hegemonía. Brasil. Burguesía. Derecha. PT

INTRODUÇÃO

Para compreender as disputas pela hegemonia é necessário estudar as relações dialéticas entre classes, intelectuais (e os aparelhos privados de hegemonia) e Estado, e como elas se articulam para alcançar três objetivos: *unificar a própria classe em torno de um projeto hegemônico, acrescentar apoios a esse projeto da maioria das classes possivelmente aliadas e desarmar a unidade das classes inimigas* (e ainda conseguir consensos de alguns setores delas). Contudo, a hegemonia não é um fenômeno unilateral, sempre há uma disputa entre dois ou mais projetos que procuram conquistá-la, mas que nunca conseguem ter uma plena hegemonia. Nessas lutas, é chave a capacidade de as classes articularem dentro de sua proposta as demandas, os discursos e até as subjetividades das outras classes. Nesse sentido, a hegemonia funciona não impondo uma ideologia dominante, mas articulando posições ideológicas diversas em torno do projeto que procura ser hegemônico e consolidar o domínio da classe que o impulsiona (cf. LACLAU, 1980).

Na disputa pela hegemonia, a classe fundamental corre o perigo de dois desvios em relação a seu objetivo de dominação/mudança da ordem social. Em primeiro lugar, para conseguir seduzir as classes potencialmente aliadas, tem que considerar os interesses delas e fundir esses interesses dentro do projeto próprio. No entanto, todos os interesses das classes que participam na coalizão, ou na “vontade coletiva”, tendem a não ser apresentados imediatamente como vinculados a classes específicas; ao assim fazê-lo, há sempre o risco de que esses interesses das classes aliadas viam os interesses principais da força política. Isto tende a acontecer especialmente com os interesses das camadas médias, porque a maioria dos intelectuais principais dos partidos (ainda que daqueles com uma vinculação inicial com as classes trabalhadoras) possuem uma extração social pequeno-burguesa. No caso dos projetos nacional-populares, ocorre que seus intelectuais, como receberam e continuam a receber uma forte impregnação liberal-burguesa em períodos de formação nos aparelhos ideológicos, privados ou estatais, têm uma tendência a se deixarem levar pelas ilusões universalistas, afastando-se dos interesses e visões de mundo das classes trabalhadoras e das camadas populares (cf. BALSÁ, 2021).

Em segundo lugar, para ter mais eficácia na luta pela hegemonia no plano especificamente político, as forças sociais em disputa têm que dedicar muitos de seus esforços militantes nas tarefas da política mais “superestrutural”: negociações parlamentares, gestão da administração federal, presença nos meios de comunicação nacionais, etc. E isso pode conduzi-las a descuidar do trabalho nas suas bases sociais. Isso acontece particularmente nas forças populares porque a burguesia conta com mais recursos para atuar no campo político e

no campo corporativo ao mesmo tempo. Num ponto extremo, isso provoca a “elitização” dos partidos ou movimentos (questão que se vincula com o problema de muitos dirigentes de origem pequeno-burguesa, ou mesmo de origem popular, que sucumbem à elitização e burocratização). Contudo, nas disputas hegemônicas do projeto nacional-popular esse engajamento no plano da política “superestrutural” se faz imprescindível. Trata-se de uma frente de luta da qual não se pode fugir. García Linera analisou esta questão apresentando-a como parte das “tensões criativas na revolução” que precisam ser assumidas, já que nunca são resolvidas completamente (cf. GARCÍA LINERA, 2011).

A partir desta perspectiva vamos tentar avaliar a disputa principal que se deu nas duas primeiras décadas do século XXI no Brasil. E quando falamos da disputa principal estamos nos referindo aos projetos que detinham mais capacidade concreta para se impor no controle do Estado (aqui considerado na esfera federal) e na direção do conjunto da sociedade brasileira nesse período. De um lado, o projeto neoliberal, e, do outro lado, o projeto popular. Se as disputas pela hegemonia acontecem em todo momento e em inúmeros planos, dentro de um sistema democrático-representativo, as disputas-chaves pelo controle do Estado (em sentido estrito) acontecem nas conjunturas eleitorais e, em forma extraordinária, nos golpes institucionais. Nessas disputas, desde o retorno à democracia nos anos oitenta, tornou-se claro que as classes fundamentais se organizaram em torno de dois grandes projetos. Quase toda a burguesia se colocou detrás do projeto neoliberal, num complexo processo que vamos a comentar a seguir, e a classe trabalhadora impulsionou um projeto, muito menos definido, dirigido pelo PT.

Consideramos que a falta de clareza na definição de um horizonte de médio prazo para as transformações políticas igualitaristas, capaz de mobilizar as paixões das grandes massas populares, foi substituída pela invocação muitas vezes anódina e neutra da melhoria da distribuição de renda, sem que fossem identificados os setores interessados na manutenção dos antigos privilégios e da ordem social hierarquizada. Mesmo uma melhoria das condições de vida da maioria das cidadãs e cidadãos brasileiros nos marcos do regime capitalista exige uma politização contra um “inimigo comum”. Por exemplo, uma sociedade de classes mais ampliada, na qual as famílias dos estratos mais baixos pudessem dispor de melhores condições para prepararem seus filhos/as contra a competição desigual com os grupos mais abastados, em geral brancos das classes médias, lutando-se contra o privilégio dado por certas condições de nascimento, impõe que se combatam os poderes quase estamentais das elites das classes dominantes de manterem “os de baixo” em seu devido lugar. Ou seja, ao melhorar de vida o pobre tem que saber que conseguiu isso graças às ações e medidas de um governo popular, deixando-se também devidamente explicado que mudanças radicais não se fazem possíveis porque certos setores da sociedade não querem abrir mão de alguma parte de suas riquezas, *status*, luxos e estilos de vida.

O capitalismo predatório e selvagem brasileiro, tal como pode ser caracterizado pelo conjunto das teorias da dependência latino-americana mais radicais, deveria ser destruído e substituído, como um patamar civilizatório inicial, por uma sociedade de classes de participação política mais ampliada, baseada em alguma efetividade do princípio jurídico da igualdade. O projeto petista é o que tentou mais se aproximar desse tipo de sociedade, embora sem muita clareza quanto à necessária articulação entre as táticas mais imediatas e as estratégias de mudanças sociais estruturais no longo prazo.

Nos primeiros anos do século XXI, o principal desafio posto para os partidos, as organizações sindicais e os movimentos sociais, nos quais se sentiam representados os trabalhadores/as assalariados/as e os camponeses/as, consistia numa jogada muito difícil: disputar a hegemonia no Brasil contra a burguesia, num momento em que o neoliberalismo se colocava, apesar de suas sucessivas crises econômicas, como a única alternativa viável da história. Justamente, um dos sucessos ideológicos do neoliberalismo no Brasil foi construir o discurso de que as políticas econômicas baseadas no receituário do equilíbrio monetário e na austeridade fiscal seriam independentes das ideologias, uma necessidade técnica de controle da inflação. Essa visão, sacralizada pela direita e incorporada por muitos setores da esquerda, remonta ao Plano Real e aos governos de Fernando Henrique Cardoso da década de 1990 até início do século XXI.

Era também um contexto marcado pela queda do “socialismo real” e pela ideia do fim da história. Portanto, a estratégia socialista se afastava do horizonte ou seria vista mesmo como uma completa impossibilidade política, não mais por uma questão de falta de desenvolvimento capitalista prévio (como argumentava o Partido Comunista Brasileiro nos anos sessenta), senão por uma notória carência de disposição das massas para caminharem em direção ao socialismo. A esquerda não foi capaz de se recuperar da derrota que significou o colapso da experiência soviética. Nem o trotskismo, nem a tradição eurocomunista (importante no Brasil), nem as “novas” esquerdas conseguiram recriar nas massas a ilusão de que era possível uma transição para o socialismo (que pudesse evitar os problemas do autoritarismo e da estagnação econômica). Tanto é assim que o projeto socialista não tinha capacidade para sequer pensar na disputa pela hegemonia e assim os projetos políticos com algum grau de adesão da cidadania se moviam (e se movem) dentro de variantes do capitalismo. E isso significava, para qualquer governo popular, uma clara dependência das decisões de reinversão dos ganhos por parte da burguesia. Em outras palavras, se a esquerda queria disputar a hegemonia nesse contexto (quer dizer, no médio prazo, e não só para um futuro distante), devia desenhar um projeto popular oposto ao neoliberalismo, mas dentro do capitalismo, com todas as dificuldades e contradições que essa alternativa acarretava.

Seria difícil tentar definir tal projeto popular dentro do capitalismo, que, aliás, só seria autêntico como uma construção coletiva, participativa e democrática; porém, uma proposta

desse tipo só se faria viável com algum tipo de desconcentração das propriedades no campo, distribuição das terras e formas de organizar a produção segundo as necessidades e potencialidades locais e regionais, rearticulando essas medidas com incentivo à industrialização, redefinição do espaço urbano via planejamento e solução digna do *déficit* habitacional. Essa seria a condição *sine qua non* de um capitalismo integrado nacionalmente, não mais com as veias abertas para a drenagem de nossas riquezas (situação típica não apenas do Brasil, mas em geral da América Latina), capaz de garantir uma diversificação produtiva, segurança alimentar da sua população, distribuição mais equitativa das riquezas, seguridade social, serviços públicos como saúde, educação etc.

O mais essencial, entretanto, é que essa proposta se apresentava como radicalmente democrática e, para implementá-la, o campo popular teria que aprimorar um discurso antielitista, antiprivilégios e igualitário. Não se tratava de reproduzir o discurso universalizante e, sim, de privilegiar a “grande maioria” nessa proposta, que continuaria a ser para “todos”, mas exigindo-se agora que os setores mais favorecidos renunciassem a seus privilégios. Um capitalismo mais inclusivo, mesmo com seus mecanismos de reprodução de desigualdades e suas teias de exploração do trabalho, representava um ponto de partida para mudanças mais profundas e ainda mais radicais.

Nesse sentido, poderia implementar uma combinação de prêmios e castigos numa aliança complexa e instável com os setores produtivos da burguesia, operando com certa astúcia as tensões interburguesas e movimentando-se em torno das vantagens de uma relativa possibilidade de desenvolvimento integrado (sempre atravessado pelas contradições capitalistas intra e internacionais) com base num mercado comum latino-americano. A perspectiva desenvolvimentista alimentava instituições como o Mercosul em contraposição às alianças neoliberais como a ALCA. Não foi à toa que os governos progressistas na América Latina enfrentaram e enfrentam não somente resistências internas, de suas elites burguesas, mas também uma campanha ininterrupta de desinformação por parte do cerco imperialista e sua superpotência mundial.

Tal construção política se fazia, entretanto, extremamente difícil pela própria unidade da grande burguesia brasileira (assunto a ser melhor trabalhado mais adiante), mas também pelo quase monopólio dos meios de comunicação de massa, a transnacionalização das burguesias e, sobretudo, uma fortíssima tradição de elitismo colonialista e da legitimação/naturalização da marginalização herdada com o fim da escravidão, sem nenhuma compensação reparadora coletiva para o povo negro. Tratava-se, portanto, de uma situação muito complicada para qualquer tentativa de disputa.

Contudo, como em toda América Latina, também no Brasil o campo popular e a maioria das esquerdas sentiram que tinham de assumir o controle do Estado para quebrar a continuidade

das políticas neoliberais, pois seria terrível aguentá-las por mais tempo. Assim, com a virada do século, o projeto neoliberal perdeu capacidade hegemônica na maioria dos países sul-americanos. E, após vicissitudes e rebeliões (algumas de intensidade significativa), governos de centro-esquerda ou esquerda foram instalados por meios democráticos. Eles se distanciaram em maior ou menor grau do neoliberalismo (em alguns casos num grau muito menor), em quase todas as nações do continente: Venezuela, Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Nicarágua, Equador, Chile, Honduras, Paraguai e El Salvador. Esses governos se mantiveram no controle do Estado mais ou menos por uma década e meia. Mas, finalmente, em quase todos esses países a direita voltou ao governo.³

O nosso objetivo será analisar, no caso brasileiro, como foram as estratégias das direitas e o que elas souberam fazer de correto para derrotar as esquerdas, nesse período que vai de 2002 até 2016. Os períodos dos governos petistas podem ser caracterizados como parte de um momento histórico de rearticulação das direitas dentro da disputa pela dominação hegemônica, cada um de seus setores representando frações de classes da burguesia e do capital. Com o retorno da democracia nos anos oitenta, houve um processo de preparação da burguesia para consolidar sua dominação já não de forma ditatorial, senão de forma hegemônica, dentro da arena democrática. Para isso foi criada uma nova direita e a burguesia foi preparada para se involucrar nessa luta democrática. Essa rearticulação se concretizou por meio de uma série de aparelhos privados de ideologias, que tornaram possível à burguesia abarcar as três tarefas fundamentais para as disputas hegemônicas: a) unificação da própria classe; b) conquistar apoio das outras classes e das categorias intelectuais tradicionais; c) divisão do campo popular antagônico, impedindo a unificação dos partidos e movimentos sociais das esquerdas.

A UNIDADE IDEOLÓGICA DA BURGUESIA: O PROJETO NEOLIBERAL NO CONTEXTO DEMOCRÁTICO

A unificação da própria classe se deu pela construção de aparelhos privados de hegemonia, voltados para a divulgação e reelaboração do pensamento liberal no contexto brasileiro, criando-se verdadeiros *think tanks* (cf. CASIMIRO, 2018). A partir de múltiplos espaços foi se construindo um particular neoliberalismo “à brasileira”, no qual conviviam um setor “moderno” e outro “tradicional”, ou melhor, elementos modernos e tradicionais numa continuidade com o “republicanismo” elitista. Esse último manteve atualizados diversos elementos do período escravocrata durante todo o século XX, podendo, ainda, transitar para as formas ditatoriais e retornar para as formas democráticas sem solução de continuidade.

³ Para uma análise comparativa dos governos kirchnerista y petista ver Balsa (2020a).

Em outras palavras, um típico liberalismo “aliberal”, que convivia muito bem com a escravidão e a violência política naturalizada das classes dominantes, ainda hoje viceja no Brasil. Essa reelaboração do pensamento liberal se restringirá à esfera econômica mais pragmática, reforçando os elementos políticos autocráticos do Estado brasileiro. Quando o PT chega ao governo federal, as construções tiveram, entretanto, que mudar num duplo sentido: por um lado, desenvolver instâncias de “diálogo” para moderar o programa e as políticas petistas, e, por outro lado, para consolidar uma contraofensiva ideológica, política e social que derrubasse o governo popular. Esse último sentido sinaliza que os aspectos conservadores e mais reacionários da burguesia brasileira se ocultaram sob o manto democrático, às vezes disfarçando seus intentos de ruptura da ordem institucional.

A ideologia neoliberal se espalhou pelas diversas frações de classe da burguesia, mas de modo que seu conteúdo se adaptasse à linguagem de cada um dos setores do capital. Por exemplo, no caso dos médios empresários (que se servem do trabalho assalariado e participam da produção ou do circuito da realização de mais-valia, apropriando-se efetivamente de alguma parcela do valor excedente, ainda que de forma subordinada), esse discurso foi traduzido como um combate ao excesso de impostos, mais um sintoma da ingerência do Estado na economia. De maneira semelhante, outros tantos discursos ideológicos deveriam ser “fabricados” para as distintas frações industriais, agrárias e financeiras, todas elas com suas múltiplas subdivisões internas, de maneira a articulá-las em torno de objetivos comuns.

Como podemos ver, portanto, o espalhamento da ideologia neoliberal não ocorreu de maneira espontânea. Foi necessário um longo período de fundação e construção dos aparelhos ideológicos privados da burguesia, voltados para a preparação e organização dos grupos empresariais para a luta política, reconvertendo-os para as disputas hegemônicas nos dois planos simultâneos: o das ideologias e o do político-partidário (em partidos de direita, mas também do Centrão).

Uma tarefa que foi chave nos anos oitenta, na virada da ditadura empresarial-militar para a democracia, logrando que a burguesia passasse a compreender que não seria suficiente, na manutenção de sua posição dominante, só uma defesa de seus interesses corporativos, ou seja, agora precisaria ter uma proposta hegemônica para o conjunto da sociedade. No primeiro capítulo de seu livro sobre a *nova direita*, Casimiro (2018, p. 39-119) traça um rico panorama político-ideológico desses aparelhos privados hegemônicos da burguesia brasileira e dos grupos a que estavam vinculados, alguns dos quais com fortes vínculos com instituições que promoviam o ideário neoliberal internacionalmente. O essencial a destacar aqui seriam as continuidades entre esses aparelhos ideológicos, a exemplo da Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (Cedes) da década de oitenta e o mais contemporâneo Instituto Atlântico, hoje em pleno funcionamento.

O objetivo era construir intelectuais orgânicos coletivos ou aparelhos privados de hegemonia que elaborassem os interesses da burguesia no longo prazo, mas também possibilitando uma atuação eficaz nas conjunturas; que operassem não apenas no plano ideológico abstrato, mas também como um “córtex político”, para utilizar uma expressão cunhada por Dreifuss, articulador das ações estratégicas e táticas de partidos e empresários em situações cambiáveis (cf. DREIFUSS, 1981; CASIMIRO, 2018).

Tudo isso envolvia a capacidade de unificar os interesses variados das diferentes frações da burguesia. Assim, nos planos da ideologia, do estilo de vida e da política, a orientação emergente da luta hegemônica por parte das burguesias brasileiras consistia na articulação, sem negar as diferenças, entre suas perspectivas mais tradicionais e as mais modernas. Tais aparelhos privados de hegemonia souberam articular, de um lado, os ramos mais atrasados e retrógrados da burguesia, de menor uso intensivo da tecnologia, os fazendeiros latifundiários, e, de outro, a burguesia industrial de projeção internacional. Esse mesmo tipo de articulação também se dá, a partir dos horizontes culturais estreitos e mandonistas da burguesia brasileira, entre os estilos de vida mais globalizados e os mais particularistas do interior do país ou, ainda, entre as práticas políticas do velho coronelismo com as posições próximas da socialdemocracia.

Na seção seguinte, analisaremos as estratégias discursivas para conquistar a hegemonia sobre as classes aliadas, de modo a aprofundar a questão da articulação entre os grupos burgueses e os agrupamentos políticos aliados.

A DIREITA, AS CLASSES ALIADAS E OS INTELECTUAIS TRADICIONAIS

Um dos elementos fundamentais das lutas hegemônicas é a conquista da direção ideológica das classes e grupos aliados, bem como dos intelectuais tradicionais. Nesse sentido, os setores burgueses foram extremamente eficazes em manter a articulação histórica entre o projeto elitista e as camadas médias, tanto no plano objetivo como subjetivo. No plano mais objetivo, a ordem burguesa e elitista brasileira fornece para as camadas médias mão-de-obra barata, destinada a uma série de tarefas vinculadas aos afazeres domésticos, como empregados permanentes ou trabalhadores informais e precarizados (desde secretárias até faxineiras ou ajudantes não qualificados). No plano subjetivo, a elite constrói o desejo nas camadas médias de se distinguir dos setores populares pela ostentação de alguns símbolos de *status*. Trata-se de um recurso chave para que essas camadas médias possam satisfazer seus desejos de imitar os padrões de consumo das classes dominantes e suas elites ou o que supõem como sendo o estilo de vida dos países do Ocidente europeu ou dos Estados Unidos (educação privada para seus filhos e filhas, planos de saúdes privados, estilos de vida, consumo e lazer mais orientados para essas camadas médias-altas, viagens à Europa, etc.), não obstante perceberem

níveis de renda muito mais baixos do que a classe alta ou a média-alta. Assim, as camadas altas e médias procuram se distinguir dos setores populares pela ostentação de alguns símbolos de *status* e, por isso, tendem a ser mais sensíveis à propaganda conservadora contra a universalização e a democratização dos direitos sociais.

A construção das subjetividades dessas camadas médias envolve processos complexos e permanentes de instilação, retroalimentados, dos valores elitistas de uma ordem social burguesa altamente excludente, cujos principais vetores são representados pelos meios de comunicação de massa (telenovelas, filmes, noticiários etc.) e, nas duas últimas décadas, as chamadas redes sociais. Os aparelhos privados de hegemonia consideram não apenas os interesses objetivos desses grupos médios, mas operam principalmente sobre o que tais camadas acreditam ser suas aspirações e desejos. Em muitas circunstâncias tais setores podem ir contra seus próprios interesses objetivos, como no caso das camadas médias que apoiam as medidas e contrarreformas neoliberais (as reformas previdenciária, trabalhista, administrativa, tributária, etc.), cujas consequências no médio e longo prazo seriam precarizar suas condições de trabalho⁴.

No plano das diversas fases das formas de socialização primária e secundária, os aparelhos ideológicos operam na perspectiva de uma estratificação reprodutora das desigualdades, estabelecendo distinções (cf. BOURDIEU, 2008) entre indivíduos que se representam como membros das elites e os filhos(as) das classes trabalhadoras e camadas populares. A separação entre ensino público e privado, em especial nos anos que envolvem os níveis fundamental e médio, constitui o principal mecanismo de reprodução de uma perversa forma de estratificação baseada na distribuição desigual das oportunidades educacionais.

No nível do ensino superior, como os cursos mais prestigiosos se concentram nas universidades públicas federais ou estaduais (Direito, Medicina e Engenharia, por exemplo, as chamadas profissões imperiais), os filhos e filhas das camadas médias e altas costumam nelas ingressar em condições de competição mais favoráveis. No entanto, desde cedo a divisão do sistema escolar incute nas camadas médias e altas a percepção de que a humanidade estaria dividida entre “cidadãos de primeira e segunda ordem”, ou entre aqueles que nasceram para mandar e os para obedecer e realizar os serviços braçais mais degradados. A cultura das classes sociais dominantes e das camadas médias se constrói nesse ambiente altamente agreste, em que a violência da sociedade estamental escravocrata renasce nas formas de ser, de pensar e de agir dos segmentos mais abastados da população brasileira. Isso

⁴ Como no caso da reforma administrativa (Art. 39-A da PEC 32/2020), que vai impedir a garantia da impessoalidade nos processos de seleção para ingresso no serviço público. Dado que uma das estratégias de manutenção das posições de classe média seriam os concursos públicos, ao apoiarem a reforma administrativa com o argumento de maior eficiência no Estado, tais estratos contribuem para a reprodução de práticas arcaicas como a do nepotismo, de longa duração no Brasil, e reduzem, ao mesmo tempo, suas chances de ingresso via concurso nos serviços públicos.

ajuda a explicar como as campanhas de ódio contra as esquerdas e, em particular, o antipetismo se espalharam rapidamente como fogo no palheiro entre os grupos médios.

Por fim, no plano político os partidos de direita e do centrão permitem a participação, quase sempre em posições de menor destaque, de políticos com origens familiares, vínculos afetivos, emocionais e culturais das camadas médias e com práticas e formas de pensamento próprias desse estrato social. Desse modo, os indivíduos que integram os setores médios se sentem plenamente representados pelos partidos políticos conservadores e neoliberais, do centro à extrema direita. No entanto, para se tornarem mais eficazes os vínculos de tais partidos com as perspectivas burguesas de futuro, a saber, de reprodução indefinida da ordem social iníqua do capitalismo subdesenvolvido e dependente no Brasil, suas propostas precisam aparecer como de interesse geral para o conjunto da sociedade.

Nesse sentido, nem sempre há um vínculo direto, explícito, entre a ordem social hierarquizada e os modos de pensar dos blocos de forças sociais conservadoras. Por exemplo, a ideologia da miscigenação ajuda a mascarar as estruturas sociais racistas, reescrevendo o passado escravocrata como harmônico e alimentando o mito da democracia racial (cf. FERNANDES, 1989). Assim, as políticas de cotas e ações afirmativas são combatidas em nome de uma suposta igualdade de condições entre brancos e negros ou em termos de uma ideologia meritocrática neoliberal, supostamente progressista nos horizontes de uma sociedade aberta à seleção dos melhores talentos. Apenas para os grupos mais extremistas da direita é que o discurso explicitamente racista, segundo o qual desde a época da escravidão alguns nasceram para mandar (os antigos estamentos senhoriais e as atuais elites burguesas) e outros para obedecer (os seres humanos traficados da África e seus descendentes), acrescido do ódio contra aquilo que o senso-comum reacionário identifica como as “minorias” (mulheres, povos indígenas, pessoas LGBT, militantes de esquerda, nordestinos, ateus etc.), possui forte capacidade de interpelação. As variações mais implícitas e aquelas explícitas de uma mesma matriz ideológica racista tornam mais eficazes a penetração do discurso nos diferentes setores das camadas médias.

Em outras palavras, as modulações do discurso elitista permitiram interpelar diferentes setores das camadas médias, de um extremo a outro: de um lado, os grupos mais próximos das posições reacionárias, conservadoras e autoritárias (protofascistas, anticomunistas, antipetistas, saudosistas da ditadura e, ainda, apegados a um fundamentalismo religioso anticientífico) e, de outro, os liberais e republicanos mais civilizados, representando os donos do poder da direita tradicional, às vezes com um discurso de defesa ritual da ciência e dos valores democráticos. Os dois partidos que agregam esse último bloco seriam os Democratas (DEM) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

No golpe jurídico-parlamentar de 2016 e na eleição de Bolsonaro, os dois blocos – a extrema e a centro-direita – estiveram unidas no combate ao Partido dos Trabalhadores (PT) e à possibilidade de continuidade dos governos petistas, mediante uma nova candidatura de Lula. A revitalização do discurso mais extremista – elitista, racista e autoritário – se agregou em torno da crítica ao “politicamente correto”, permitindo-lhe não somente alcançar uma maior capacidade interpelativa sobre a juventude, como também se expressar num tom de brincadeira e, assim, precavendo-se das censuras a suas várias formas de violência simbólica. No Brasil dos últimos anos muitos perderam a vergonha de agitarem o discurso racista e profascista ou, mesmo, de fazerem apologia ao passado ditatorial mais recente. Apesar de o país não ter avançado na punição aos crimes de Estado ocorridos entre 1964 e 1985, a glorificação aberta da ditadura ficava a cargo dos grupos mais extremistas ou de setores das forças armadas.

Outro campo de atuação desse discurso tentacular, no sentido de alcançar diferentes classes e frações de classe, bem como as mais diversas categorias sociais, também se desenvolveu por intermédio da valorização do empreendedorismo, com capacidade de interpelar os setores informais autônomos. Esse tipo de precarização do trabalho se apresenta como uma dimensão essencial do capitalismo contemporâneo, em nível internacional, com características mais exacerbadas nos países da periferia. Largado à sua própria sorte, o trabalhador precarizado e informal fica sem perspectivas de futuro, sendo uma presa fácil para as propagandas ideológicas da “teologia da prosperidade”, com um discurso muito afim ao egoísmo e individualismo da visão de mundo neoliberal (cf. FERRARI, 2007). Talvez essa seja uma das bases da identificação religiosa das camadas baixas com os horizontes elitistas da ordem burguesa.

De igual modo, como um sintoma de hegemonização do discurso neoliberal do Estado mínimo, destacaram-se os aparatos ideológicos privados, em especial ONG’s, fundações e institutos, a partir dos quais a burguesia procurou estabelecer relações com intelectuais e partidos “progressistas”, seja para incorporar novas perspectivas ou discursividades à sua proposta hegemônica, seja para cooptar novos dirigentes para as propostas da direita ou para ter alternativas de centro, no caso em que as opções políticas de direita viessem a falhar. Para tanto, as frações de classe da burguesia hegemônicas costumam empregar táticas as mais variadas: apoio financeiro aos centros de intelectuais “progressistas”, convites para encontros ou até apoios aos partidos do Centrão. Como exemplo, “o financiamento do Cebrap [...], onde estavam Fernando Henrique Cardoso, José Serra, José Giannotti, Eduardo Suplicy, Paul Singer e Francisco de Oliveira (alguns deles foram para o PT, mas outros para o PSDB) ou a Escola de Campinas” (CASTELO, 2019). A cooptação dos intelectuais tradicionais, os que se pensam como “afuncionais” às classes, obedecendo a múltiplas estratégias (tais como o efeito do prestígio angariado pelo acesso aos meios de difusão dos bens culturais por parte dos intelectuais orgânicos da burguesia; a sedução dos empregos, altos salários e contratos junto

às grandes mídias corporativas, às fundações ou Organizações não governamentais - ONG's sustentadas pela direita etc.), se consolidou desde o período da redemocratização como o caminho prioritário das classes burguesas para construir a hegemonia.

Esses intelectuais tradicionais, que se pensam como “progressistas”, tendem a se colocar do lado da “elite civilizada” e, em geral, procuram assumir uma atitude de tutela paternalista frente ao “povão”, este último incapaz de pensar por conta própria e, por isso, necessitando de alguém que lhe guie e dê conselhos. Trata-se de uma separação muito sutil, mas que “a gente educada e refinada” sabe facilmente reconhecer como o “nós”, os “civilizados”, e o “eles”, a “massa ignorante”. Ademais, essa separação não pode ser explicitada, pois não seria “elegante” assumi-lo abertamente, fazendo parte de um acordo tácito e implícito entre os setores burgueses e seus funcionários subalternos, em especial aqueles com alguma educação universitária⁵. As ideias que surgem, a partir desses espaços sociais, assumem como denominador comum a perspectiva de oposição entre “um certo elitismo”, autorrepresentado como culto, refinado e civilizado, e “um certo conteúdo popular”, encarado como grosseiro, de mau gosto e bárbaro. Ainda pior, muitas vezes esse elitismo se fez perceptível nas falas de uma esquerda acadêmica que criticava as políticas “populistas”/populares por seu caráter “reformista” e não “revolucionário”. Essas últimas conteriam uma percepção muito diversa em comparação ao olhar das camadas populares, que às vezes tiveram acesso, pela primeira vez, a bens de consumo como fogão e geladeira, energia elétrica etc., ou que viram seus filhos, os primeiros de suas famílias, ingressarem nas universidades públicas federais⁶.

O sentimento de pertencer a uma elite ampliada, a uma classe de “seres humanos” ou “cidadãos” de “primeira ordem”, é o ponto de articulação entre as distintas frações da classe,

⁵ São raras as manifestações abertas de preconceito e discriminação sociais que, no Brasil, se misturam com um componente racista ineludível, mas elas existem. Algumas dessas manifestações são, por exemplo, veiculadas nos grandes meios de comunicação vinculados aos interesses da fração financeira do capital. Em 2014, ainda durante os governos petistas, a fala preconceituosa contra os chamados rolezinhos (passeios de jovens e adolescentes das periferias nos *shoppings* das elites e classes médias) de um colunista da extrema direita, hoje apoiador de Bolsonaro, revela a origem das categorias que acima apresentamos nas próprias tensões do processo político brasileiro: “Não toleram as ‘patricinhas’ e os ‘mauricinhos’, a riqueza alheia, a civilização mais educada. Não aceitam conviver com as diferenças, tolerar que há locais mais refinados que demandam comportamento mais discreto, ao contrário de um baile funk. São bárbaros incapazes de reconhecer a própria inferioridade, e morrem de inveja da civilização” (Constantino, 2014, *apud* MENDONÇA e JORDÃO, 2014).

⁶ Nesse sentido, muitos docentes resistiram à implementação de políticas de inclusão por meio de medidas afirmativas que buscavam garantir o acesso ao ensino superior para setores historicamente dele marginalizados: negros, indígenas e, em geral, graduados de escolas públicas. Assim, em 2007, apenas 22 universidades federais haviam promulgado políticas afirmativas de ingresso. Somente com o estímulo de financiamentos especiais do governo federal, seu número aumentou, somando mais 22 universidades, e só recentemente com a promulgação de uma lei federal em 2012 foi possível para todas elas terem uma política de cotas a favor de setores historicamente desfavorecidos (somando as 18 universidades restantes). Apontou-se que esse atraso é um indicador de que prevalecia uma perspectiva elitista dentro das próprias universidades federais em favor da manutenção de um método tradicional de seleção de novos ingressantes (FERES JÚNIOR; DAFLON, 2014, p. 31-32).

com um conteúdo de direita sempre relativamente oculto, quase nunca explicitado, mas, como dito antes, por todas elas reconhecido. Certa ambiguidade discursiva se faz necessária para que se construa essa articulação, muitas vezes implícita entre as discursividades plurais da direita, das classes e frações de classe da burguesia e das categorias sociais as mais diversas (como o fundamentalista religioso que se julga o escolhido e, quando de origem humilde, em comunhão de interesses com aqueles que o desprezam pela marca social da pobreza). Em outras palavras, a complexa teia das relações de forças construídas pelas classes dominantes não se descosturou, pelo menos nos momentos políticos cruciais, em propostas desencontradas e pulverizadoras de sua unidade ideológica. Assim, na disputa contra o projeto popular-inclusivo dos governos do PT, o neoliberalismo foi construindo uma articulação de discursos que cada vez mais desenvolveu a cisão entre “a gente educada, civilizada e refinada (as classes produtoras)” e todo o restante, “o povão”, onde ficam “os vagabundos” e, até, “os nordestinos que conseguiram que a Dilma ganhasse em 2014”.

DIVISÃO DO CAMPO POPULAR E DESARTICULAÇÃO DAS ESQUERDAS

A burguesia desenvolveu diferentes estratégias para dividir o campo popular e desarticular a capacidade das esquerdas para conseguir sua própria unidade e a construção de uma “vontade nacional-popular”. Podemos diferenciar seis estratégias principais para obter esses resultados: 1. um apelo aos elementos autoritários presentes em muitos integrantes dos setores populares; 2. um aproveitamento da indiferença à política, difusa no Brasil; 3. uma utilização do neopentecostalismo; 4. uma exaltação do individualismo, da meritocracia e do empreendedorismo; 5. o desenvolvimento do consumismo; e, 6. o aproveitamento das fraturas no campo popular por intermédio do estímulo ao engajamento de intelectuais de centro-esquerda e de esquerda numa luta fratricida.

Uma das armas da burguesia tem sido o apelo ao autoritarismo difuso especialmente nas subjetividades dos setores populares. O recurso aos elementos autoritários da personalidade como base de apoio ao fascismo foi estudado inicialmente por Erich Fromm, para a Alemanha, e por Theodor Adorno, para os Estados Unidos (cf. FROMM, 2012 e ADORNO, 2009). Dentro dessa mesma tradição da Escola de Frankfurt, Wolfgang Streeck afirmou em 2013 que, se o neoliberalismo não pudesse mais criar a ilusão de crescimento com justiça social, muito provavelmente propagaria um modelo ditatorial de uma economia de mercado capitalista imunizada contra todos os corretivos democráticos, mantendo os oponentes em um estado de marginalização ideológica, desorganização política e pressão física (cf. STREECK, 2016). Assim, hoje podemos ver a direita em quase todos os países, fazer apelo ao autoritarismo, tanto em seu aspecto político (exigindo a proteção da ordem proprietária, acima de qualquer proteção de direitos e liberdades), quanto em seus aspectos sociais (vinculado à xenofobia, aos valores conservadores e ao desprezo pelos pobres).

No Brasil, esse apelo ao autoritarismo é ainda mais fácil de fazer porque não houve uma ruptura com seu passado colonial, estamental e escravocrata. Todo um passado histórico de violências e vínculos diretos de dependência ao coronelismo, ao mandonismo oligárquico e às formas de dominação patriarcais e patrimonialistas, forjaram personalidades de tipo autoritário mesmo entre as camadas populares. Trata-se de um processo muitas vezes autodestrutivo de negação da própria identidade ou de si mesmo já analisado por Frantz Fanon em outros contextos históricos e, seguindo nas trilhas do pensador martinicano, por Florestan Fernandes nos momentos finais de desgaste da ditadura brasileira, quando examina as formas institucionalizadas de violência do Estado e suas possíveis combinações com a disseminação de um tipo de violência “intersticial”, “espontânea”, “anárquica” e “anômica”⁷ (cf. FERNANDES, 1982, p. 131 e p. 134-135). Houve no Brasil um “autoritarismo socialmente implantado” que precede e ultrapassa os regimes políticos autoritários e continuou na transição democrática. Um autoritarismo que está presente na persistência da violência ilegal do Estado, nas múltiplas violências privadas toleradas pelo Estado, que por meio de uma “pedagogia do medo” mantém as classes populares controladas (cf. PINHEIRO, 1991).

O autoritarismo e o conservadorismo que vicejam nas camadas populares são bem aproveitados pelos setores burgueses e pela direita, subtraindo-as das possibilidades de interpelação por parte dos discursos emancipatórios. Até agora essa estratégia tem tido grande eficácia na divisão dos grupos subalternos e na desarticulação das esquerdas. Um estudo recente, que retoma a tradição das pesquisas de Adorno, mostra os altos índices de adesão ao autoritarismo no Brasil (cf. LIMA et al., 2020). Assim, o índice de autoritarismo, construído pelos posicionamentos frente a distintas 17 frases autoritárias, alcançou uma média de 8,1 (sobre 10), numa pesquisa representativa da população brasileira como 16 anos ou mais, feita em 2017. Isso significou que a grande maioria “concordava” ou “concordava totalmente” com as frases autoritárias. O estudo indica que nas classes econômicas mais baixas o grau de autoritarismo era ainda um pouco maior (8,3 na classe C2 e 8,5 na classe D/E). É possível fazer algumas críticas metodológicas ao trabalho (por exemplo, algumas frases podem fazer referência mais ao estilo personalista da política que ao autoritarismo, e como todas as frases têm um conteúdo autoritário, não é possível diferenciar aqueles que tendem a concordar com toda frase, e aqueles que têm alguma clareza de sua adesão

⁷ O termo anômico, retirado da sociologia *durkheimiana*, não deve ser entendido literalmente como adesão aos pressupostos de uma sociologia positivista. Era costume de Florestan Fernandes assimilar os conceitos de correntes que lhe eram opostas e retrabalhar tais conceitos a partir de sua visão socialista, quando falamos de sua fase marxista. Na verdade, Fernandes percebia a violência entre “os de baixo” contra os próprios “de baixo”, reforçada pela violência institucionalizada do Estado burguês, como uma forma de controle social com a função de manter a dominação burguesa (FERNANDES, 1982, p. 135). Para um debate sobre a violência política no Brasil, ver Costa (2014).

consciente ao autoritarismo⁸), e talvez, essas questões expliquem maiores acordos com as frases autoritárias pelos setores de rendas mais baixas, ou no Nordeste. Mas essas questões metodológicas só poderiam gerar algumas correções; obviamente, há uma grande porcentagem dos setores populares que apresentam muitas características autoritárias.

Esse autoritarismo se vincula também com um outro elemento que Adorno associou a ele: um desinteresse pelos assuntos políticos. Décadas de ditadura militar, uma miríade de partidos políticos difíceis de localizar ideologicamente e a proibição de votar para os analfabetos até 1988⁹ são alguns dos fatores que se combinam para explicar essa falta de conhecimento sobre as complexidades da dinâmica política que são necessárias para compreendê-la. E esse desconhecimento pode abarcar questões informativas básicas desde o nível local (muita gente não conhece o partido político do prefeito de sua própria cidade), até o nível nacional (poucos dias antes das eleições de 2018, cerca de 80% do eleitorado não se lembrava em quem votou para o Congresso Nacional, por exemplo, em 2014). E como diz Adorno para os Estados Unidos dos anos quarenta, “a ignorância quanto às complexidades da sociedade contemporânea contribui para um estado geral de incerteza e ansiedade, que é o terreno ideal para o cultivo do tipo moderno de movimento de massa reacionário” (ADORNO, 2009, p. 345).

A direita também utiliza, para dividir o campo popular, o apelo ao (neo)pentecostalismo e ao catolicismo mais retrógrado entre as camadas populares, que reforça seus vínculos com os valores das elites das classes dominantes. Por meio da construção de laços comunitários entre os trabalhadores e as camadas populares, em geral com pouca assistência por parte do Estado ou desfrutando de uma cidadania precária, os evangélicos conquistam esses setores porque se dispõem a ouvi-los. Atuando nos presídios, por exemplo, os grupos evangélicos são os únicos a se aproximarem das pessoas desprovidas de liberdade, atuando como um foco de redenção dessas vidas condenadas. Isso contrasta com o distanciamento das esquerdas tradicionais das realidades das periferias dos grandes centros urbanos, do campo e das cidades. Esse vácuo político foi ocupado pelas igrejas neopentecostais em atuação mais permanente no Brasil desde a década de setenta. Ademais, o discurso da teologia da prosperidade se adequa perfeitamente às aspirações de ascensão econômica das camadas populares e das classes médias decadentes, tendo o dinheiro como elemento de felicidade. Como bem assevera Jadir Gonçalves Rodrigues, sobre o discurso da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), a “pregação dessa Igreja tem se mostrado muito eficiente no estágio atual do capitalismo,

⁸ Ver uma análise desse problema em Balsa e Liaudat (2019).

⁹ Os analfabetos só tiveram direito a votar, em caráter facultativo, por meio da promulgação da Emenda Constitucional nº 25, de 15 de maio de 1985, tendo participado para as eleições de prefeitos. No entanto, foi na Constituição de 1988 que esse direito se tornou definitivo e plenamente assegurado, por isso estabelecemos esse momento histórico como marco de referência.

praticado nas regiões periféricas, [...] onde o ideal das massas tem sido dirigido para a ampliação do consumismo exacerbado” (RODRIGUES, 2015, p. 56).

Esse substrato ideológico seria um terreno fértil para o florescimento do culto religioso ao chamado “empreendedorismo”. Aliás, a IURD e outras igrejas neopentecostais possuem cultos, pregações e programas específicos, veiculados na emissora de televisão de sua propriedade, a TV Record, voltados para o público empresarial. Há fortes “afinidades eletivas” entre as representações de algumas religiões neopentecostais sobre o empreendedorismo e as ideologias neoliberais. Ambos valorizam o sucesso individual como ideal de vida. O apelo religioso a um modo de ser individualista possui um elemento emocional mais profundo, difícil mesmo de vir à superfície e ser posto numa esfera autoconsciente de questionamento crítico. É como se ser “empreendedor”, “ter seu próprio negócio”, aproximasse os indivíduos do ideal bíblico de uma “vida com abundância”, aqui interpretado como acúmulo de dinheiro numa sociedade capitalista. O ideal neopentecostal do “empreendedorismo” se encaixa perfeitamente com o apelo da direita aos valores da meritocracia e do individualismo.

Esses dois valores – a meritocracia e o individualismo – são parte intrínseca da ideologia neoliberal, mas eles são preexistentes e poderiam até sobreviver a ela. Eles são um substrato de ideias típicas do senso comum da maioria das sociedades capitalistas. Assim, em seus estudos da sociedade americana em meados da década de quarenta, Theodor Adorno encontrou um individualismo econômico severo, manifestado na ausência de qualquer “compaixão pelos pobres” (ADORNO, 2009). O mais irracional deste discurso meritocrático é que hoje em dia, com o desmantelamento da maior parte do Estado de Providência, é óbvio que as diferenças nos pontos de partida marcados pela origem de classe de cada indivíduo determinam cada vez mais as possibilidades de sucesso ou fracasso pessoal.

Além disso, o individualismo extremo do neoliberalismo apresenta duas dimensões-chave para a compreensão da capacidade de dominação não consensual. Por um lado, instalou-se a ideia de respeito absoluto aos desejos individuais (e à capacidade econômica para realizá-los), que não deve ser negociada em busca de qualquer objetivo coletivo. E, por outro lado, desenvolveu-se uma profunda descrença na capacidade dos coletivos como instâncias de deliberação e acordo em torno de objetivos coletivos. Isso ocorre desde o nível mais macrossocial, de falta de participação e deliberação na grande maioria das forças políticas, até os níveis microssociais, onde o debate e os acordos não são mais confiáveis para a realização de ações comuns. Produz-se, assim, um fenômeno apontado por Isaac Rosa que pode parecer bastante paradoxal: o culto à individualidade triunfante, que só floresce na obediência disciplinada do todo, fomenta valores autoritários e hierárquicos quando é transferido para o plano da política (cf. ROSA, 2019).

O individualismo e a meritocracia, por sua vez, se vinculam com o apelo ao consumismo. O neoliberalismo tem sido muito exitoso em desenvolver um consumismo que constitui a sua própria base consensual, o qual se apoia mais em práticas e modos de vida do que em ideologia. Nas últimas décadas, as formas e os níveis de consumo se expandiram (incluindo vários tipos de bens e serviços) de uma forma que modificou substancialmente os estilos de vida da maioria das parcelas da sociedade. Obviamente, as disparidades entre as diferentes classes sociais são altamente perceptíveis. No entanto, para boa parte dos habitantes urbanos, as mudanças no consumo têm sido notórias permitindo o acesso a práticas que, até poucas décadas atrás, se limitavam aos setores de renda alta ou média-alta, como entrega de comida, telefones celulares “inteligentes” e até carros com motorista. Esse consumismo promove cidadãos que se pensam quase exclusivamente como consumidores, e que se limitam a gozar da realização ou, ainda, do mero desejo do consumo que realizam ou almejam alcançar. Imersas num individualismo exacerbado, favorecido por esse consumismo, essas pessoas dificilmente se tornarão participativas nos processos de unidade do campo popular e das políticas emancipatórias. As próprias políticas de ampliação do consumo feitas pelos governos petistas, procurando incorporar aos mais pobres por meio do consumo, foi gerando uma atitude individualista no mínimo avessa ao exercício pleno da cidadania política. Entretanto, aqui se deve distinguir entre o consumo supérfluo das camadas médias e o consumo de bens básicos como fogão, geladeira etc., a que os setores populares antes não tinham acesso. Os ganhos na dignidade de vida para os mais pobres, nesse sentido, foram evidentes.

A direita também obteve sucesso na divisão das esquerdas. É conhecido o poder da mídia em influenciar nos resultados eleitorais e seu papel na construção e desconstrução das figuras públicas. No entanto, um elemento pouco considerado nesse cenário tem sido as táticas de estímulo às fraturas no campo popular por intermédio do estímulo ao engajamento de intelectuais de centro-esquerda e de esquerda numa luta fratricida. Enquanto a direita consegue se unificar nos momentos decisivos, a esquerda se vê cada vez mais dividida e fragmentada. Uma das táticas têm sido justamente a de valorizar as críticas contra as figuras ou as políticas do campo popular que possam ser consideradas já fracas demais, em termos de opinião pública. Ao mesmo tempo, a capacidade de explorar as diferenças no interior da esquerda como cisões irremediáveis por parte de seus críticos, em contraste com a unidade política da direita, atua como uma barreira interposta à construção de propostas capazes de unificar o campo popular. Para alcançar mais eficácia nessas operações diversionistas e divisionistas, os aparelhos privados de hegemonia da burguesia procuram manter vínculos com os políticos e intelectuais vinculados à centro-esquerda e à esquerda, trabalhando inclusive com os seus egos. Desse modo, as diferenças no campo popular se transformam em antagonismos internos, perdendo-se de vista o que unifica o campo oposto, elitista, debilitando nosso poder de resistência e impedindo qualquer esforço ofensivo futuro de construção da hegemonia.

Isso é feito de tal maneira que a oposição entre “possibilistas”, “reformistas” e “revolucionários” no espectro das esquerdas se torne muito mais acentuada do que as divisões entre “elite” e “povo”. As lutas doutrinárias entre os distintos setores da esquerda se tornam mais importantes do que o árduo trabalho de organização popular. A direita calibra muito bem suas táticas e estratégias a depender das circunstâncias históricas: quando o PT ainda era governo, pautaram-se pelo diálogo como uma forma de incidir nas políticas dos governos populares como uma maneira de diminuir sua radicalidade. Mas, ao mesmo tempo, estimulou uma divisão das esquerdas com um impulso ao discurso moralista. A crítica ao petismo, como meio de dificultar uma unificação do campo popular, atuou como um elemento permanente. A existência de uma esquerda acadêmica nos espaços da elite universitária, com escassa ou nula vinculação com as camadas populares (em alguns casos vendo nelas uma massa conservadora, ignorante, um *lumpen* ou subproletariado nordestino intrinsecamente conservador)¹⁰, mas com bastante influência nos grupos políticos de esquerda e na militância em geral, dificulta a identificação das tarefas políticas concretas capazes de unificar as classes trabalhadoras e garantir sua hegemonia sobre as demais classes aliadas e as camadas populares. O subjetivismo voluntarista de muitas análises, por exemplo, conduziu a maioria dos professores universitários “de esquerda” a votarem e a recomendarem o voto, em 2018, num candidato que só teve a preferência de 0,6% do eleitorado e dos cidadãos. Nesse sentido, as divergências de cunho doutrinário terminam por suplantar uma análise concreta da situação, capaz de unificar os vários setores da esquerda em torno das posições mais prováveis de levarem adiante uma proposta popular, isto é, antagônica ao projeto elitista das classes burguesas.

O ELEMENTO CHAVE: A ARTICULAÇÃO

A hegemonia burguesa se baseia na capacidade de articulação, por um lado, dos múltiplos interesses das frações de classe da burguesia e, por outro lado, dos diferentes elementos que possibilitam o apoio de setores das classes aliadas e, ainda, dos setores populares. Desse modo, fazendo um uso ambíguo das suas discursividades e especialmente nos momentos politicamente chaves, a burguesia consegue que se unifiquem todas suas diversas frações, mas também as diferentes posições ideológicas, esses estilos de vida tão aparentemente distantes, bem como as práticas e tradições políticas que pareciam opostas. E, incrivelmente, o fazem sem muito problema: a partir de diferentes falas e diversos pontos de vista todos/as

¹⁰ Essas análises partem de uma leitura equivocada do *18 Brumário de Luís Bonaparte*, porque Karl Marx não hipostasia o conservadorismo dos setores camponeses, senão que destaca as possibilidades de somá-los à luta proletária, e descreve como com a ajuda dos professores da escola os camponeses se organizaram e até chegaram a controlar os governos locais, e os republicanos burgueses responderam com intervenções e repressões. Todas essas análises são deixadas de lado, pelas leituras essencialistas que só direcionam a atenção para os fragmentos em que Marx analisa as limitações estruturais que sua forma de produção gera aos camponeses. Mais detalhes sobre essas questões em Balsa (2019).

votaram pelo *impeachment*, apoiaram (por ação ou omissão) a prisão de Lula e sua posterior proibição como candidato presidencial e, ao final, a candidatura de Bolsonaro (de um modo bastante semelhante a como os mais diferentes grupos apoiaram em 1964 o golpe de Estado). Como diz Casimiro, “essa posição característica da extrema-direita não é necessariamente a concepção que a burguesia gostaria de ver objetivada”; mas, “se for o partido que a burguesia precisa, ou que é obrigada a acatar, em determinada conjuntura, então essas posições mais extremadas são tranquila e convenientemente acatadas, em nome da garantia do essencial de sua dominação e acumulação” (CASIMIRO 2018, p. 371-372).

Para conseguir essa predisposição para a ação comum, em todos estes discursos não se constrói um sentido de cisão entre as propostas, os discursos e os aparelhos privados de hegemonia e seus integrantes. Pode haver, e deve haver, diferenças e debates, mas sempre girando em torno de um eixo comum, um inimigo real ou ilusório, que no caso das últimas eleições presidenciais se constituiu como o antipetismo, significando diversas coisas para o conjunto da direita, das alas mais extremistas até as de centro: corrupção sistemática nas instituições; desordem; estatismo e socialismo na economia; marxismo cultural; ideologia de gênero; ameaça à Deus, à família e à propriedade etc. Isso permite que logo possam se articular politicamente de modo eficaz, calibrando o discurso exato para cada fração das diferentes classes e traduzindo a perspectiva conservadora/reacionária com uma linguagem capaz de conquistar adeptos de outras classes e grupos sociais. Às vezes os vínculos entre os aparelhos privados de hegemonia são explícitos, como entre o neoliberal Instituto Millenium e o ultraconservador Farol da Democracia Representativa (cf. CASIMIRO, 2018, p. 370-371). O mais essencial, contudo, para os interesses de classe burgueses, é que tais vínculos não sejam explicitados ou se tornem evidentes demais. Por exemplo, as afinidades entre o discurso neoliberal e a teologia da prosperidade neopentecostal, em termos de ideologias individualistas, egoístas e competitivas, se transmutam em defesa dos valores da família. A ofensiva hegemônica neoliberal se torna ainda mais eficaz ao mascarar seus interesses particulares de classe, por meio de bandeiras que alcançam setores mais amplos da população brasileira, muitas vezes com um discurso moralista.

As estratégias hegemônicas da burguesia permitiram transformar, por meio de seus aparelhos ideológicos privados, a pluralidade de vozes expressas nas variações internas da classe em discursos com consequências políticas práticas, isto é, capazes de interpelar as diferentes subjetividades vinculadas às distintas camadas médias e altas: autoritárias, fascistas, republicanas, neoliberais, “libertárias”, elitistas, nacionalistas, anticomunistas, politicamente incorretas, pró-americanas, tradicionais, modernas, religiosas, anticientificistas, anticorrupção etc. Em resumo, o essencial a retermos na compreensão dessa estratégia foi sua capacidade de articular as múltiplas vozes da direita nos momentos historicamente chave em torno de uma única opção política, justamente a que teria maiores possibilidades de se impor como vitoriosa em dado instante conjuntural: um golpe de Estado, um *impeachment*, uma

candidatura etc. Para alcançar tais objetivos, os discursos da direita ou da burguesia não necessitam construir um sentido de cisão entre si, mas devem entrar em choque direto tão somente com a proposta popular. Assim, todas as frações de classe da burguesia e as camadas médias assumem um sentimento de pertencimento à elite brasileira, sendo talvez essa costura o ponto nodal de suas articulações. Uma elite de limites difusos, mas que claramente coloca fora dela as maiorias populares. O sentido de cisão é feito apenas em relação àqueles que podem ameaçar essa ordem elitista: os “populistas”, os “revolucionários”, os “esquerdistas” e os “petistas” (todos num mesmo saco), ou seja, contra aqueles que estariam em oposição ao pacto elitista.

Assim, estava (implicitamente) nítido que, chegado o momento, todos iriam contra o petismo. O petismo, pensado não como um significante vazio, mas sim como algo ambíguo, podia funcionar como um ímã capaz de atrair todas as condenações: populista, comunista, corrupção, falsa esquerda, socialdemocrata, estatista, privatista, etc. Com tudo isso, a burguesia logrou duas coisas. Por um lado, conseguiu uma extraordinária difusão dos ódios históricos acumulados e dos discursos anti-igualitaristas (às vezes abertamente fascistas), no qual uma minoria extremista, mais ou menos correspondente a 20-30% do eleitorado, apoiadores do presidente Bolsonaro, reproduz ativamente discursos que anos atrás muitos poucos se animavam a defender publicamente. No entanto, a caixa de ressonância de tais discursos parecem se multiplicar exponencialmente, dando a impressão de que a minoria se constitui como a verdadeira maioria, algo muito semelhante à Alemanha antes da ascensão de Hitler ao poder.

Ao mesmo tempo, uma das estratégias de desacreditar qualquer possibilidade de crítica aos discursos de ódio tem sido a de situá-los num plano puramente estético, como resultado de um gosto branco, distinto, refinado e ocidental, em geral acompanhado do orgulho da herança genética e cultural europeia. Ao se colocar no plano do gosto pessoal, como expressão da liberdade individual, consegue muitas vezes evitar ou contornar a crítica moral. A reprodução do discurso anti-igualitarista tem ocorrido em diversos âmbitos, desde os espaços religiosos (com predomínio dos grupos neopentecostais) até as instituições escolares, fazendo apelo ao predomínio histórico de um senso-comum antipopular que procura manter na marginalidade os descendentes da população negra escravizada (cf. SOUZA, 2017).

Por outro lado, a burguesia teve a capacidade de manter neutra e passiva a maioria dos cidadãos. Mas, ao mesmo tempo, grande parte dessa maioria tolera os vários tipos de crime contra o chamado “estado democrático de direito” ou de violência simbólica perpetrados pela extrema direita. Quer dizer, é uma parcela da população que não alimenta um sentido de cisão, de ruptura, de repugnância ou atitude de censura em relação aos discursos de ódio. Vale lembrar que, para o nazismo ter triunfado, a existência de uma maioria silenciosa, apática e permissiva foi uma das condições necessárias. Essa massa indiferente, que deve ser

conquistada pela luta hegemônica, se situa entre os polos opostos e antagônicos da direita e da esquerda. Qualquer estratégia democrática e popular deve pensar em como retirá-la da zona de influência das propostas neofascistas, inclusive reivindicando algo positivo que pode ser extraído do “mito da cordialidade” (sem desprezar aqui o avesso do “homem cordial”, impregnado de violência) e apelando ao seu sentido comum compartilhado, de aversão ao ódio. Seria aqui o caso de trabalhar as imagens tradicionais contra o próprio bloco conservador, em particular contra sua ala de extrema direita.

O RESULTADO: O FEITICEIRO QUE JÁ NÃO PODE MAIS CONTROLAR AS POTÊNCIAS INFERNAS

Desde 2013, quando as jornadas de junho foram capturadas pela direita (com amplo apoio das grandes corporações dos meios de comunicação), até a disputa eleitoral de 2014, caracterizada pelo violento discurso antipetista de Aécio Neves (candidato do PSDB), percebia-se que um segundo governo Dilma seria sistematicamente sabotado e inviabilizado. A verve agressiva e o ódio substituíram, na esfera institucional, quaisquer possibilidades de diálogo no debate político entre a oposição de direita e a presidência petista. Após o golpe jurídico-parlamentar de 2016, que destituiu a Presidenta Dilma Rousseff, o tom de confronto por parte da direita foi se exacerbando numa espiral crescente e irrefreável.

A burguesia, por ação ou omissão, contribui para a difusão dos discursos racistas, profascistas, antidemocráticos, anticientíficos e anticonstitucionais. Ela possui a capacidade, pelo seu controle sobre os grandes meios de comunicação (direto, por sua propriedade; e indireto, pela possibilidade de retirar todo seu apoio econômico-publicitário) para combatê-los e censurá-los. Mas a burguesia não costuma fazer muita coisa contra tais discursos, a não ser quando chegam a contrariar alguns de seus interesses imediatos, pois esses elementos de ódio são bastante funcionais à sua estratégia de consolidar um espaço crítico e antagônico ao populismo-igualitarista, em suas diversas vertentes. Este é um fenômeno global: sem possibilidade de propor, nem no presente nem num futuro plausível, um modelo de sociedade minimamente integrada, o projeto neoliberal só pode apelar a apoios fanáticos e / ou irracionais. E uma das bases desse apoio é o apelo ao autoritarismo, tanto político quanto social (cf. BALSÁ, 2020b).

Mas no Brasil, essa viragem da direita para o autoritarismo alcançou um dos níveis maiores no mundo. E assim, a propaganda de ódio foi levada tão longe que, mais cedo ou mais tarde, suas consequências iriam se voltar contra a própria direita tradicional. Seus representantes, dos partidos burgueses como PSDB, DEM e PMDB, fizeram surgir “por encanto” uma postura de desprezo contra as instituições democráticas que podem ser comparados “ao feiticeiro que já não pode controlar as potências infernais por ele postas em movimento” (MARX, ENGELS, 1999, p. 71). As forças de extrema direita começam a atacá-los com as

armas que eles mesmos forjaram. Finalmente, o candidato natural das frações hegemônicas do grande capital, Geraldo Alckmin (do PSDB), em 2018 não chegou sequer ao 5% dos votos no primeiro turno. Seus votos migraram para um candidato de extrema direita, com um discurso abertamente fascista e antidemocrático. A burguesia encontrou nele a capacidade de mobilizar uma base militante ativa de massas, com a qual a direita mais formal, moderna e republicana historicamente nunca conseguiu contar. Ao mesmo tempo, esse caráter fascista não é problemático para a burguesia pois não tem um conteúdo realmente nacionalista, no sentido de ser protecionista ou favorável à intervenção estatal na economia.

Agora, muitos desses representantes da direita tradicional estão tentando derrubar sua criação indireta e, às vezes, ensaiam timidamente voltar a um discurso liberal e antiautoritário. Mas, o bolsonarismo (com o “ele sim Bolsonaro”, no sentido de uma força da direita autoritária) chegou para ficar. É muito possível que a extrema direita seja parte de um eventual segundo turno em 2022 e, então, pode-se converter numa oposição a um provável governo popular com características muito mais duras daquela liderada pelos tucanos no período 2003-2016. Se as circunstâncias já estivessem dadas, a extrema direita não hesitaria em instaurar um regime ditatorial. Por isso, achamos fundamental refletir sobre a estratégia da esquerda para acabar com a ameaça fascista. Temos que apreender da capacidade que teve a direita para disputar a hegemonia na história recente do Brasil elementos para a prática política futura. E, também, devemos analisar os erros que a esquerda cometeu nessa mesma disputa. Temos que nos apropriar das coisas que nos fizeram avançar, dos acertos da esquerda, mas, sobretudo, das coisas que necessitam ser feitas de uma nova maneira. Esse é um assunto sobre o qual estamos trabalhando no presente momento, tendo em vista a elaboração de um artigo futuro.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. **Estudios sobre la personalidad autoritaria**. In: ADORNO, Th. **Escritos sociológicos II, Obra completa**, 9, volumen 1. Madrid: Akal, 2009.

BALSA, J. "Reflexiones en torno a la cuestión de la representación en *El Dieciocho Brumario de Luis Bonaparte* de Karl Marx", **Materialismo Storico**, vol. VI, n. 1, 2019, p. 76-107.

BALSA, J. "Las lógicas de construcción de la hegemonía desplegadas desde los gobiernos petistas y kirchneristas", **Roteiro**, Joaçaba, v. 45, 2020a, p. 1-28.

BALSA, J. "*Crisis? What Crisis?* Los tipos de crisis en Gramsci y la interpretación de la crisis de hegemonía actual", **Materialismo Storico**, vol. IX, n. 2, 2020b, p. 326-372.

BALSA, J. "Estado, universalização e as formas de hegemonia: o problema de manter a 'revolução (ou a reforma) em permanência' a partir do próprio aparelho estatal", **Novos Olhares sociais**, v. 4, n. 1, 2021.

BALSA, J., y M. D. LIAUDAT. "Cuestiones teórico-metodológicas para analizar los niveles de eficacia en la construcción de la hegemonía", **Theomai**, 40, 2019, p. 211-230.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo/Porto Alegre: Edups/Zouk, 2008.

CASIMIRO, F.H.C. **A nova direita. Aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CASTELO, R. "O Mesão, a escola e o partido: em busca das origens da Estratégia Democrático-Popular", *in*: M. IASI, I. MANSUR FIGUEIREDO e V. NEVES (orgs.). **A Estratégia Democrático Popular. Um inventário crítico**. Marília: Lutas anticapital, 2019.

COSTA, D. V. de A. "Os dilemas da Comissão da Verdade no Brasil: um caso de "resistência sociopática à mudança", **Revista Olhares Sociais**, v. 3, n. 1, 2014.

DREIFUSS, R. A. **1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERNANDES, F. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

FERNANDES, F. **O significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

FERRARI, O. A. **Bispo S/A: a Igreja Universal do Reino de Deus e o exercício do poder**. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2007.

FERES JÚNIOR, J. e V. DAFLON. "Políticas da Igualdade Racial no Ensino Superior", **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, n. 5, 2014, p. 31-43.

FROMM, E. **Obreros y empleados en vísperas del Tercer Reich**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica-Lectura Mundi, 2012.

GARCÍA LINERA, Á. **Las tensiones creativas de la revolución**. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional, 2011.

LACLAU, E. "Tesis acerca de la forma hegemónica de la política", *in*: LABASTIDA MARTÍN DEL CAMPO, J. (coord.). **Hegemonía y alternativas políticas en América Latina (Seminario de Morelia)**. México: Siglo XXI, [1980] 1985, p. 19-38.

LIMA, R. S. de, P. de MARTINO JANNUZZI, J. F. MOURA JUNIOR e D. S. de ALMEIDA SEGUNDO. "Medo da violência e adesão ao autoritarismo no Brasil: proposta metodológica e resultados em 2017", **Opinião Pública**, vol. 26, n. 1, jan-abr. 2020, p. 34-65.

MARX, K., ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MENDONÇA, M. L. M de, JORDÃO, J. V. de P. "Nojo de pobre: representações do popular e preconceito de classe", **Contemporânea**, Ano 12, v. 1, n. 23, 2014.

PINHEIRO, P. S. "Autoritarismo e transição", **Revista USP**, 45, mar-abr. 1991, p. 45-56.

RODRIGUES, J. G. **IURD**: carisma e poder. Curitiba: Prismas, 2015.

ROSA, I. "Prólogo", in: A. GUAMÁN, A. ARAGONESES e S. MARTÍN (dirs.). **Neofascismo. La bestia neoliberal**. Madrid: Siglo XXI, 2019.

SOUZA, J. **A elite do atraso**. Da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

STREECK, W. **Comprando tiempo**. La crisis pospuesta del capitalismo democrático. Buenos Aires: Katz, 2016.

Recebido em 03 de agosto de 2021

Aceito em 03 de agosto de 2021

Editado em novembro de 2021